



# PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE

## ESTADO DE MATO GROSSO

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/2019

Pregão Presencial Nº 074/2019

Validade: 12 (doze) meses.

Pregão Presencial com Registro de Preços para aquisição e instalação de playground, atendendo as escolas municipais da rede pública de ensino de as praças e os espaços públicos do município de Lucas do Rio Verde – MT.

O **MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 24.772.246/0001-40, com sede na Avenida América do Sul, nº 2.500-S, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **Flori Luiz Binotti**, brasileiro, casado, portador do RG nº 702.434.3373 SSP/RS e do CPF nº 383.827.090-87, residente e domiciliado em Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, doravante denominada “**MUNICÍPIO**”, e a empresa **JULIO CESAR GASPARINI JUNIOR- EIRELI-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número **08.973.569/0001-45**, com sede na Av. Heitor Lucatto, nº 750, Bairro Jardim Galante, CEP 15.895-000, Telefone (17)3266-2122, na cidade de Cedral, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo sócio proprietário senhor **Julio Cesar Gasparini Junior**, solteiro, brasileiro, residente e domiciliado na Av. Tavares da Silva, nº 1001, Casa 06, Condomínio Giardino I, Bairro Vista Alegre, CEP 15061-660, na cidade de Cedral, Estado de São Paulo, portador da C.I. RG. nº 44.049.785-1SSP/SP e CPF/MF nº 095.446.738-81, doravante denominada “**DETENTORA DA ATA**”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **Pregão Presencial n. 074/2019, Registro de Preço n. 061/2019**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal n. 2549/2013, Lei Federal n. 8.666/93, suas alterações e as condições seguintes:

### 1.OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, **para aquisição e instalação de playground, atendendo as escolas municipais da rede pública de ensino de as praças e os espaços públicos do município de Lucas do Rio Verde – MT.** Conforme Termo de Referência em anexo, Pregão Presencial nº 074/2019, para Registro de Preços nº 061/2019, abaixo especificados:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
00001	5	UN	PLAYGROUND ADAPTADO GIRA GIRA CADEIRANTE - PRODUZIDO EM TUBO DE AÇO CARBONO 30X30, 30X50, 1 E 4 POLEGADAS, PISO EM CHAPA DE ALUMÍNIO ANTIDERRAPANTE, TELA EXPANDIDA E PINTURA EPÓXI DE ALTA RESISTÊNCIA. DIMENSÕES DO PRODUTO: COMPRIMENTO: 2,50 X LARGURA: 2,50 X ALTURA	FLEX EQUIPAMENT	R\$ 3.980,00	R\$ 19.900,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE ESTADO DE MATO GROSSO

			DO CHÃO: 0,17 CM (ALTURA TOTAL: 1,05 CM) PESO: 120 KG EM CONSONÂNCIA COM PROJETO DE LEI Nº11.982/2009, QUE TORNA OBRIGATÓRIA ADAPTAÇÕES EM PLAYGROUNDS PÚBLICOS PARA CRIANÇAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA			
00002	5	UN	PLAYGROUND ADAPTADO CADEIRANTE BALANÇO FRONTAL - 1 CRIANÇA SENTADA EM CADEIRINHA NORMAL, 1 CRIANÇA EM CADEIRA DE RODAS MEDIDAS: LARGURA ESTRUTURA 1,50M; COMPRIMENTO ESTRUTURA 2,60M; MEDIDAS DO ASSOALHO DO BALANÇO: LARGURA 0,90M; COMPRIMENTO 1,80M; ALTURA CORRIMÃO 0,70M ESTRUTURA METÁLICA: EQUIPAMENTO PRODUZIDO PÉS E TRAVESSÃO EM TUBOS DE 2 POLEGADAS, CORRIMÃO E SUSTENTAÇÃO TUBO DE 1 POLEGADA, CHAPAS XADREZ ANTIDERRAPANTE 1/8, TODOS COM PAREDE DE 2 MM. SOLDA: PROCESSO MIG PINTURA: ESMALTE PU COM FUNDO ESPECIAL DE ALTA RESISTÊNCIA COMPONENTES: POLIPROPILENO PARAFUSOS: AÇO ZINCADO EM CONSONÂNCIA COM PROJETO DE LEI Nº11.982/2009, QUE TORNA OBRIGATÓRIA ADAPTAÇÕES EM PLAYGROUNDS PÚBLICOS PARA CRIANÇAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA	FLEX EQUIPAMENT	R\$ 4.800,00	R\$ 24.000,00
00003	17	UN	PARQUINHO INFANTIL COLORIDO COM ESTRUTURA PRINCIPAL (COLUNAS) DE MADEIRA PLÁSTICA COM ACABAMENTO DE POLIPROPILENO E POLIETILENO PIGMENTADO 03 PLATAFORMAS/TORRE MEDINDO 1,06 X 1,06M, COM COBERTURA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO; 01 ESCADA 7 DEGRAUS; 01 RAMP A DE CORDAS; 01 ESCALADA DE 6 DEGRAUS EM POLIETILENO; 01 TUBO DE LIGAÇÃO RETO; 01 PASSARELA RETA; 01 ESCORREGADOR PADRÃO 2,70M, COM PORTAL DE SEGURANÇA EM POLIETILENO; 01 ESCORREGADOR ONDULADO SIMPLES 2,50M, COM PORTAL DE SEGURANÇA EM POLIETILENO; 01 TOBOGÁ COM SEÇÃO DE SAÍDA; 02 CERCAS DE PROTEÇÃO EM POLIETILENO; 01 BALANÇO COM DUAS CADEIRAS FAIXA ETÁRIA DE 3 A 12 ANOS	FLEX EQUIPAMENT	R\$ 15.900,00	R\$ 270.300,00
00005	3	UN	PARQUINHO INFANTIL COLORIDO COM ESTRUTURA PRINCIPAL (COLUNAS) DE MADEIRA PLÁSTICA COM ACABAMENTO DE POLIPROPILENO E POLIETILENO	FLEX EQUIPAMENT	R\$ 8.000,00	R\$ 24.000,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE ESTADO DE MATO GROSSO

			PIGMENTADO 01 PLATAFORMA MEDINDO 1,06 X 1,06M, COM COBERTURA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO; 01 PLATAFORMA MEDINDO 1,06 X 1,06M, SEM COBERTURA; 01 ESCADA 6 DEGRAUS; 01 PAREDE ESCALADA DE CORDAS; 01 TOBOGÃ COM SEÇÃO DE SAÍDA; 03 CERCAS DE PROTEÇÃO EM POLIETILENO; 01 BALANÇO 2 LUGARES COM ASSENTOS BABY FAIXA ETÁRIA ATÉ 6 ANOS			
<b>TOTAL DO CREDOR</b>						<b>RS 338.200,00</b>

### 2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de **12 (doze) meses**.

2.2 Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Lucas do Rio Verde não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, as entregas referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 074/2019 – Registro de Preços nº 061/2019**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

### 3. DO PAGAMENTO

3.1. A **DETENTORA ATA** deverá apresentar as notas fiscais eletrônicas correspondentes a execução das entregas objeto desta ata, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pela secretaria

3.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, na terceira ou quarta semana do mês após a entrega das mercadorias e as notas deverão ser entregues e atestada pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à **DETENTORA ATA** para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação:

3.4.1. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

3.4.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Lucas do Rio Verde;

3.4.3. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE ESTADO DE MATO GROSSO

3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.6 O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

### 4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. O prazo de fornecimento do objeto é de até 12 (doze) Meses, prazo de entrega será de até 45 (quarenta e cinco) dias, após cada solicitação, sendo que a empresa vencedora só poderá executar a entrega após recebimento da requisição autorizando a execução.

4.2. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93.

4.3. Se a qualidade dos materiais fornecidos não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será devolvido, aplicando-se as penalidades cabíveis.

4.4. Se durante o prazo de validade da ata, os materiais entregues apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, desde que isto não represente culpa dos agentes do Município, este estabelecerá o prazo em que a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco.

### 5. DAS OBRIGAÇÕES

#### 5.1 Do Município:

5.1.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

#### 5.2 Da Detentora da Ata:

5.2.1. Executar as entregas nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o serviço fornecido;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Executar as entregas do objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta. Substituir às suas expensas, as entregas que se encontrarem em desconformidade com o edital ou fora do prazo de validade, dentro das condições de consumo;

5.2.5. Substituir às suas expensas, o objeto que se encontrar em desconformidade com o edital ou fora do prazo de validade, dentro das condições de consumo;

5.2.6. Repassar eventuais baixas de preços, ainda que, após expedida a Ordem de



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE ESTADO DE MATO GROSSO

Fornecimento.

5.2.7. Credenciar um representante junto ao **MUNICÍPIO** para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

5.2.8. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do **MUNICÍPIO**;

5.2.9. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização.

5.2.10. Cumprir fielmente as obrigações contratuais, de forma que as entregas sejam realizadas com esmero e perfeição;

5.2.11. A Detentora da Ata deverá realizar a entrega dos objetos somente após a emissão da ordem de fornecimento pelo departamento responsável.

5.2.12. Mobilizar e disponibilizar todos os recursos, materiais, ferramentas e profissionais necessários a prestação dos serviços;

5.2.13. Responsabilizar – se por todas as despesas diretas e indiretas, tais como transporte, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, para entrega do objeto do contrato;

5.2.14. Iniciar os serviços no prazo fixado pelo **MUNICÍPIO**, em exato cumprimento as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

5.2.15. A Detentora da Ata deverá fornecer, além dos materiais especificados, toda a mão de obra especializada de entrega, todas as ferramentas necessárias e equipamentos, ficando responsável por sua guarda e transporte.

5.2.16. A Detentora da Ata deverá responsabilizar-se-á por todo e qualquer dano físico, material ou pessoal que venha a ocorrer no prédio, aos seus funcionários ou outros, por ocasião da realização dos serviços.

5.2.17. A Detentora da Ata deverá entregar nos locais dos serviços limpos, isentos de poeiras e entulhos, sem a presença de resíduos oriundos da entrega.

5.2.18. A Detentora da Ata deverá exigir de seus funcionários a utilização de uniformes e EPIs adequados à execução dos serviços.

5.2.19. Caso a Detentora da Ata, venha prejudicar áreas e/ou bens móveis e equipamentos incluídos ou não no setor do seu trabalho, deverá recuperá-los ou substituí-los, deixando-os em conformidade com o seu estado original.

5.2.20. O prazo de entrega terá um prazo de execução 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da data da ordem de fornecimento.

5.2.21. A Detentora da Ata deverá entregar os equipamentos montados e fazer a instalação (ou montar no local da entrega) conforme opção da Secretaria a ser informada quando ao local e agendamento da entrega, no quantitativo solicitado e em conformidade com as especificações constantes do edital e da proposta ofertada.

### 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE ESTADO DE MATO GROSSO**

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

### **7. DAS PENALIDADES**

7.1 Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução/ fornecimento, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

7.1.1. Advertência;

7.1.2. Multa de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 02º (segundo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

7.1.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 02 (dois) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

7.1.4. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

7.1.5. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

7.1.6. Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 Da aplicação das penas definidas nas alíneas do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

### **8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

8.1. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído ao serviço, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução/ fornecimento da mesma.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE ESTADO DE MATO GROSSO

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação do objeto, sem que caiba direito de recurso.

### 9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE ESTADO DE MATO GROSSO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do **MUNICÍPIO**; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo **MUNICÍPIO**, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.2 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial de Contas - TCE/MT, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.3 Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do **MUNICÍPIO**, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

### 10. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas de consumo, mediante prévia e obrigatória pesquisa de preços, onde se verifique que o preço registrado em ata encontra-se compatível com o de mercado.

10.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

### 11. DAS COMUNICAÇÕES

11.1 As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE ESTADO DE MATO GROSSO**

### **12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1 Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL n° 074/2019 – 061/2019** e a proposta da empresa **JULIO CESAR GASPARINI JUNIOR- EIRELI-ME** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

12.2 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal n° 8.666/93 e a Lei 10.520/2002 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

12.3 O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

12.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

### **13. DO FORO**

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Lucas do Rio Verde, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

**Lucas do Rio Verde – MT, 26 de julho de 2019.**

**Município de Lucas do Rio Verde**  
**MUNICÍPIO**  
**Flori Luiz Binotti**  
**Prefeito Municipal**

**Julio Cesar Gasparini Junior- Eireli-Me**  
**DETENTORA DA ATA**  
**Julio Cesar Gasparini Junior**  
**Sócio/Proprietário**

**Jessica Regina Wohleberg**  
**Pregoeiro**

**Jocineia Lemes de Barros**  
**Equipe apoio**

**Itamar Régis Fazolo**  
**Equipe apoio**

**Keithelhe Hungria**  
**Severino**  
**Equipe apoio**

TESTEMUNHAS:

Nome: Cleusa Terezinha Marchezan de Marco  
CPF: 379.198.810-72

Nome: Lindonesia Luiz de Andrade  
CPF: 811.633.636-34